

Karl Korsch e a Comuna de Paris (Nota)

Luciano Cavini Martorano*

Apesar de haver escrito uma extensa obra que ainda vem sendo editada no seu país natal, o marxista alemão Karl Korsch é praticamente desconhecido no Brasil – exceção feita a alguns poucos pesquisadores. Além da recente edição brasileira de seu importante trabalho *Marxismo e filosofia* (Editora UFRJ), e de alguns outros textos e artigos que podem ser encontrados em diferentes sites, o acesso ao conjunto de sua obra ainda é bastante difícil.

Karl Korsch, além de ter desenvolvido uma intensa atividade política, foi professor de direito na Alemanha – tendo deixado o país com a ascensão dos nazistas ao poder; co-fundador, em 1923, do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt (onde surgiria a “Escola de Frankfurt”); e colega do dramaturgo Bertold Brecht, que o considerava como seu professor de marxismo. Falecido em 1961, ele é considerado, ao lado de Antonio Gramsci e Georg Lukács, um dos principais renovadores do marxismo de meados do século XX.

No âmbito dessa breve nota, focalizaremos apenas um aspecto do seu pensamento, e ainda assim de forma

sintética: a sua contribuição para uma melhor elaboração da relação entre a socialização econômica e a socialização política – reconhecendo, desde já, que sua atenção principal concentrou-se na análise da primeira, até porque ela colocou-se como questão política prática na Alemanha no contexto da Revolução de 1918/1919.

Mas o que isso tem a ver com a Comuna de Paris?

Para nós, é a partir da leitura de seus textos como *Was ist Sozialisierung? Ein Programm des praktischen Sozialismus*

[*O que é socialização? Um programa do*

socialismo prático, de 1919], e *Arbeitsrecht für Betriebsräte* [*“Direito de trabalho” para os conselhos de fábrica*, de 1922], que se pode entender mais profundamente a sua singular análise sobre a Comuna de Paris. Sendo assim, dividimos essa nota em três partes: 1. a definição que Karl Korsch apresenta sobre a socialização; 2. a sua idéia sobre a democracia industrial e o papel dos conselhos operários nela; e, 3. a sua análise sobre a “comuna revolucionária”.



Karl Korsch (1886-1961)

A socialização não é idêntica à estatização dos meios de produção

Contemporâneo da Revolução Soviética de 1917, Karl Korsch foi um dos primeiros marxistas a empenhar-se em estabelecer uma diferenciação conceitual entre duas noções fundamentais para a análise marxista do socialismo: a da estatização e a da socialização dos meios de produção. Como se sabe, até hoje esse problema, levado ao seu limite, continua subjacente a duas concepções distintas sobre o socialismo: a primeira – que se apóia na própria experiência soviética atravessando todo o século XX e incide até hoje nos debates sobre a República Popular da China e a Venezuela –, postula, sinteticamente, que a estatização dos meios de produção já corresponderia, na prática, à sua socialização; já para a segunda, a estatização seria apenas uma condição inicial necessária, mas insuficiente, para a concretização da socialização dos meios de produção, incluindo aí a força de trabalho.

No seu texto sobre a socialização, Karl Korsch assim a define:

“A ‘socialização’ exigida pelo socialismo significa uma nova regulamentação da produção com o objetivo de substituir a economia privada capitalista por uma economia comum socialista. Sua primeira fase consiste na socialização dos meios de produção e, com isso, na emancipação do trabalho; a sua segunda fase consiste na socialização do trabalho.” (KORSCH, 1969:15)

Deixando de lado a questão apontada sobre uma possível classificação de fases do processo de socialização econômica, o importante aqui é reter a tese de que sem a socialização não é possível se pensar em uma economia

socialista. Em suma, sem socialização não há socialismo. Embora Korsch, por um lado, admita que a estatização possa ser uma “forma” ou um “tipo” de socialização – o que indicaria uma análise ainda não inteiramente desenvolvida sobre o problema da revolucionarização das relações de produção na passagem do capitalismo para o socialismo –, por outro, ele deixa claro que a sua “tarefa” seria:

“decidir que pessoas podem e devem usar os meios de produção disponíveis para a produção, em que condições de trabalho deve-se realizar a produção, e de que modo os resultados da produção devem ser distribuídos” (KORSCH, 1969:24).

Ainda segundo ele, a socialização dos meios de produção, do ponto de vista do produtor direto, implicaria em dois elementos:

“a) um direito sobre o fruto do trabalho para o operário; b) uma participação do operário no comando do processo de produção, de acordo com a importância que o trabalho tenha para tal processo.” (Idem:26)

Para o leitor que conhece o texto de Etienne Balibar (da obra comum com Louis Althusser e outros, *Para ler o Capital*), bem como os de Charles Betelheim (sobretudo as suas notas em *Cálculo económico y formas de propiedad*), tais formulações podem parecer insuficientes, especialmente por não abordarem de forma mais clara o complexo problema da superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual já indicado por Marx em *Crítica ao Programa de Gotha*.

De todo modo, como vários comentadores da obra de Karl Korsch assinalam, nesses textos encontram-se elementos relevantes para a formulação

do conceito de capitalismo de Estado. Expressão essa que ele mesmo vai usar depois ao analisar a experiência soviética.

A democracia industrial e os conselhos operários

Nos trabalhos citados acima de Karl Korsch, o pesquisador poderá também encontrar um conjunto de formulações importantes relativa ao que ele chama de “democracia industrial”. Também elas são necessárias para que se possa entender a sua análise sobre a Comuna de Paris.

Porém, é preciso levar em conta que, a exemplo do que foi dito sobre a socialização econômica na passagem do capitalismo para o socialismo, também aqui o leitor pode-se equivocar: em nossa opinião, Karl Korsch não elabora uma teoria da democracia industrial; ele apenas fornece pistas fundamentais para o início de sua construção. E isso não é pouco, a não ser que rebaixemos bastante os desafios teóricos postos para o marxismo nos dias de hoje.

Por que Korsch prefere usar o termo “democracia industrial” em lugar de democracia socialista, ou operária? Porque, para ele, a questão decisiva a ser enfrentada pelos trabalhadores é a conquista pelo domínio da economia – mais precisamente, pelo domínio da “organização do trabalho”. Se isso pode parecer, à primeira vista uma coisa óbvia, ela revela-se bastante problemática caso nos lembremos das análises de Lenin, em obras como *O Estado e a Revolução*, onde o objetivo central e prioritário da revolução proletária é a conquista do poder estatal, vista como pré-requisito indispensável para se iniciar o processo de estatização sob controle dos Sovietes. Mas, com isso, Karl Korsch poderia ser classificado como mais um

representante de uma interpretação economicista do marxismo, por subestimar a questão política em favor da economia?

Para nós, tal adjetivação não corresponde inteiramente ao pensamento de Korsch. Ela só poderia ser confirmada caso Korsch tivesse descurado da análise da esfera política no seu postulado de uma democracia industrial. Mas não é isso o que depreendemos da leitura desses seus trabalhos. Neles, a democracia industrial é apresentada como correspondendo à existência de um sistema de conselhos sob o Estado operário. Já durante a revolução política dos trabalhadores visando a conquista do poder estatal, os conselhos seriam a forma direta de auto-determinação dos operários. O papel deles seria realizar o controle da produção, como medida inicial essencial para a implantação de uma verdadeira gestão operária sobre o conjunto do processo produtivo.

Além disso, Korsch sublinha a necessidade da revolução socialista como pré-condição para a plena realização da democracia industrial. Em suas palavras:

“a conquista do poder político por parte da classe trabalhadora e a instauração da democracia proletária no lugar da “democracia” burguesa (sob a forma da ditadura do proletariado), sem dúvida, acelerará consideravelmente – o desenvolvimento de formas mais diretas da ‘democracia industrial’”. (KORSCH, 1968:40).

Para o propósito dessa nota, notamos apenas que a democracia industrial é concebida como sendo equivalente a sua noção de “autonomia industrial”. Ou seja, uma situação em que o poder sobre o conjunto da indústria seja exercido pelos representantes dos

trabalhadores, “no lugar do tradicional proprietário privado ou do diretor escolhido por ele” (*Idem*: 34). Em outros termos, Korsch estaria sugerindo aqui um critério para que se possa analisar o processo de socialização: os avanços obtidos pelos conselhos operários na conquista da autonomia dos trabalhadores no interior do processo produtivo. Ou, mais precisamente, a socialização econômica só avançaria na medida em que fosse expressão da transformação das antigas relações capitalistas de produção.

A comuna revolucionária

Nos anos de 1929 e 1931, Karl Korsch publica dois textos com o nome desse item. Eles podem ser lidos em português no Internet no site <http://www.reocities.com/autonomiabvr/comunare.html>, ainda que a tradução deixe a desejar. Apesar de serem artigos de jornal, eles também revelam a originalidade e a profundidade da atividade teórica. E a sua leitura nos permite adquirir indicar, sumariamente, uma relação possível entre a socialização econômica e a socialização política como um problema atual da pesquisa marxista.

Tal como procedemos nos itens anteriores, não nos ateremos aqui em uma exaustiva apresentação desses dois textos, mas apenas destacaremos os aspectos que nos parecem mais relevantes para o encaminhamento da relação mencionada no parágrafo anterior.

Chamando a atenção para as “flagrantes *contradições*” existentes entre o “nome” “*União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*” e sua “situação real”, Korsch afirma que o proletariado teria que enfrentar a “tarefa da *autocrítica revolucionária*”, na medida em que todo o seu pensamento e as suas formas

organizativas estão submetidas à “*dialética revolucionária*” da história (KORSCH, 1969: 94). Ressaltando o caráter histórico e de classe da Comuna de Paris, esse marxista alemão vê no sistema revolucionário dos conselhos operários a forma política chamada a libertar os trabalhadores da exploração burguesa de classe, tal como Marx fizera no seu conhecido ensaio de Marx *A Guerra Civil em França*, dedicado aos acontecimentos de Paris em 1871.

No entanto, Karl Korsch não se limita a citar e repetir aquilo que foi dito por Marx. Ele inova ao assinalar que tanto a comuna, como o Soviete ou o conselho operário, não podem ser vistos como revolucionários por simples obra de sua forma exterior. Caso isso acontecesse o movimento operário e socialista correria o risco de repetir a concepção burguesa sobre o Estado, pois se contentaria em exaltar a sua *forma*, desligada de seu *conteúdo*. Lembremos, de passagem, que o próprio Marx concebe a forma sempre em sua articulação com um conteúdo específico. Um não pode ser separado do outro sob o risco de incorrer-se em erros, tal como o de se privilegiar a aparência dos fenômenos sociais em detrimento da análise e compreensão de seu conteúdo mais profundo. Em outras palavras, Korsch indica novas possibilidades de aplicação do método marxiano no campo na teoria política materialista.

Um outro aspecto importante do estudo de Korsch sobre a Comuna é “*a sua ilimitada capacidade de expansão*” (*Idem*: 100). Mas como interpretar essa suposta capacidade expansiva da Comuna e dos conselhos? Seguramente, isso não é uma tarefa simples caso levemos em conta que a luta de classes atravessa todo o período de construção do socialismo, sociedade ainda dividida em classes, grupos e frações sociais.

Isso sem falar de outras variáveis tais como a das relações internacionais entre os diferentes Estados, tal como mostraram as tentativas de transição socialista do século XX, iniciadas com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia czarista, diretamente atingida pelos efeitos do isolamento político internacional durante quase três décadas.

Uma possível interpretação sobre essa capacidade expansiva da comuna seria vislumbrada na sua relação com o movimento real de luta dos trabalhadores na busca por sua emancipação. Ou seja, uma comuna só poderia se afirmar enquanto o novo órgão revolucionário da classe operária, e, portanto, como expressão viva da ditadura do proletariado, caso não perdesse a sua ligação orgânica com a maioria dos trabalhadores da cidade e do campo. Portanto, o seu fortalecimento dependeria de sua capacidade de conquistar um número sempre maior de trabalhadores para o enorme desafio da construção socialista, e não apenas uma minoria – organizada ou não sob a forma de partido(s). Como nos ensina as experiências do século passado, o socialismo não pode ser obra apenas dos partidos revolucionários, mesmo que esses tenham a maioria dos membros dos Sovietes ou dos conselhos. Por outro lado, caso a comuna ou os conselhos não se fortaleçam, isso facilitaria uma possível vitória política da burocracia e/ou de uma nova burguesia de Estado, que agiria em nome dos trabalhadores na

busca de seus próprios interesses políticos e econômicos.

Um terceiro aspecto importante da análise de Korsch sobre a Comuna refere-se à radical diferença existente entre o Estado burguês e o Estado socialista. O segundo é distinto do primeiro

“não apenas por sua forma política, mas por sua natureza de classe e sua função social. É nesse conteúdo social, e não nas particularidades, imaginadas arbitrariamente ou antes realizadas em circunstâncias específicas, de uma forma política que reside o “verdadeiro segredo” da comuna revolucionária, do sistema revolucionário dos conselhos e de qualquer outra forma histórica do governo da classe operária.” (Idem:108).

Para que essa nota seja um estímulo ao debate e à leitura dos textos de Karl Korsch, listamos aqui alguns elementos de sua contribuição teórica que podem ser desenvolvidos no sentido de uma melhor formulação da articulação entre socialização econômica e socialização política sob o Estado dos conselhos, relacionando-a com a sua análise sobre a Comuna de Paris

Referências

- Korsch, Karl. (1968). *Auf dem Wege zur industriellen Demokratie*. Frankfurt am Main, Europäische Verlagsanstalt.
- _____. (1969). *Schriften zur Sozialisierung*. Idem, *ibidem*.

* LUCIANO CAVINI MARTORANO é autor de “A burocracia e os desafios da transição socialista” e “Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização”.